## SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

## PREGÃO PRESENCIAL Nº. 61/2017 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME'S OU EPP'S

**Interessado:** Administração Geral

O Município de Mercedes, pessoa jurídica de direito pública interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 95.719.373/0001-23, com sede administrativa na Rua Dr. Oswaldo Cruz, nº. 555, Centro, na Cidade de Mercedes, Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças, através da Pregoeira e Equipe de Apoio, designada pela Portaria nº 302/2016, publicada no Jornal Oficial do Município (O Presente), em 05/08/2016, com a devida autorização expedida pela Sra. Cleci M. Rambo Loffi, Prefeita, exarada em 18/05/2017, de conformidade com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e demais legislação aplicável, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 1º/06/2017, às 09:00h, na sala de licitações do Paço Municipal, localizada na sede administrativa retro mencionada, licitação na modalidade de Pregão, forma Presencial, através do Sistema de Registro de Preços, tipo "MENOR PREÇO POR LOTE", destinada exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, para a formalização de Ata de Registro de Preços para eventual contratação de empresa para prestação de serviços gráficos e confecção de banner's, atendendo as necessidades da Administração Geral do Município de Mercedes, conforme especificações técnicas constantes deste Edital e Anexos.

A presente licitação é destinada exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48, I, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, e art. 37 da Lei Complementar Municipal n.º 012, de 29 de outubro de 2009.

A opção pelo agrupamento do objeto em lotes decorre de opção de ordem técnico-administrativa, eis que redução do número de contratos favorece o melhor controle e fiscalização, especialmente se consideradas as limitações materiais e de pessoal inerentes a pequenos entes como o Município de Mercedes. Considerando que o procedimento em tela possui 43 itens, conclui-se que, ao menos em tese, caso fosse adotado o critério de julgamento do menor preço por item, poderiam advir mais de quatro dezenas de contratos. Dezenas de contratos traria embaraço não só a administração da aquisição do objeto, ante a necessidade do contato com diversos fornecedores, com a fiscalização da própria execução das atas de registro de preços. Por fim, de destacar que a possibilidade da aglutinação de itens em lotes, quando volumosos, foi, inclusive, reconhecida pelo TCU no Acórdão 5301/13.

## 1 - DA AQUISIÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS

- 1.1 O presente Edital e seus anexos encontram-se à disposição, para consulta de qualquer interessado, na sede administrativa do Município de Mercedes, junto à Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças, durante o período de publicação, de segunda a sextafeira, das 8:00h às 17:30h.
- 1.2 Os interessados em adquirir fotocópia deste Edital e seus anexos, poderão fazê-lo mediante recolhimento da importância de R\$ 6,12 (seis reais e doze centavos), junto a Tesouraria do Município de Mercedes, sendo gratuito o seu fornecimento por correio eletrônico ou por gravação em mídia removível disponibilizada pelo interessado, desde que, por este solicitado.
  - 1.2.1 Alternativamente, a critério dos interessados, o Edital poderá ser obtido, gratuitamente, através da página oficial do Município de Mercedes na internet, no endereço eletrônico www.mercedes.pr.gov.br/licitacoes.php
  - 1.2.2 As empresas e/ou representantes que tiverem interesse em participar do certame obrigam-se a acompanhar as publicações referentes ao processo no endereço eletrônico <a href="https://www.mercedes.pr.gov.br">www.mercedes.pr.gov.br</a>/licitacoes.php, bem como as publicações no Diário Oficial do Município (Jornal "O Presente"), e no endereço eletrônico <a href="https://www.mercedes.pr.gov.br">www.mercedes.pr.gov.br</a>, "Diário Oficial" ou <a href="https://www.publicacoesmunicipais.com.br/eatos/#mercedes">www.publicacoesmunicipais.com.br/eatos/#mercedes</a>.

#### 2 - DO RECEBIMENTO E INÍCIO DA ABERTURA DOS ENVELOPES

- 2.1 A Sessão Pública do Pregão realizar-se-á no dia 1º/06/2017, às 09:00h, na Sala de Licitações do Paço Municipal.06
  - 2.1.1 Não havendo expediente na data supra, ocorrerá a sessão no primeiro dia útil subsequente em que houver atendimento no Paço Municipal, no mesmo local e horário originalmente fixados.
- 2.2 A recepção dos envelopes contendo as Propostas de Preços e a Documentação de Habilitação se dará no local e horário estabelecidos no subitem 2.1 deste Edital, não sendo admitido atraso, mesmo involuntário, considerando-se como horário de entrega o constante do protocolo próprio.
- 2.3 A Sessão Pública de abertura e julgamento de propostas se desenvolverá com a observância e ordem dos seguintes procedimentos:
  - 2.3.1Credenciamento dos interessados, de seus representantes legais ou delegados;
  - 2.3.2Recebimento da Declaração de Cumprimento das Exigências contidas no Edital, que deverá ser apresentada em separado, fora de qualquer envelope;
  - 2.3.3Recebimento dos Envelopes contendo as Propostas de Preços e a Documentação de Habilitação dos licitantes;

- 2.3.4Análise das Propostas de Preços constante dos envelopes para fins de classificação dos licitantes para a etapa de apresentação de lances verbais;
- 2.3.5Realização da etapa de apresentação de lances verbais;
- 2.3.6Classificação das Propostas de Preços;
- 2.3.7Avaliação da Documentação de Habilitação do(s) licitante(s) que tiver(em) apresentado a(s) melhores proposta(s);
- 2.3.8Recebimento de eventual(is) recurso(s); e
- 2.3.9Adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor, no caso de inexistirem recurso(s).
- 2.3.9.1 Na hipótese da existência de recurso, após o seu julgamento, a adjudicação será realizada pelo Prefeito.

### 3 - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

- 3.1 A presente licitação reger-se-á, fundamentalmente, pelos comandos legais seguintes:
  - 3.1.1 Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores;
  - 3.1.2 Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002;
  - 3.1.3 Lei Complementar nº. 123/2006, de 14 de dezembro de 2006;
  - 3.1.4 Lei Complementar Municipal n.º 012, de 29 de outubro de 2009;
  - 3.1.5 Decreto Municipal nº. 023, de 27 de março de 2007;
  - 3.1.6 Decreto Municipal nº 162/2015, de 04 de dezembro de 2015;
  - 3.1.7 Decreto Municipal nº 096, de 5 de setembro de 2016;
  - 3.1.8 Demais disposições contidas neste Edital e em seus Anexos.

#### **4 – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES**

- 4.1 Integram o presente Edital, como partes indissociáveis, os seguintes anexos:
  - 4.1.1 Anexo I Memorial Descritivo:

- 4.1.2Anexo II Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação;
- 4.1.3Anexo III Modelo de Proposta de Preços;
- 4.1.4Anexo IV Declaração de Atendimento ao Disposto no Artigo 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal;
- 4.1.5Anexo V Declaração de Inexistência de Impedimento de Licitar ou Contratar com a Administração;
- 4.1.6Anexo VI Termo de Credenciamento;
- 4.1.7Anexo VII Minuta da Ata de Registro de Preços;
- 4.1.8 Anexo VIII *Layout* do objeto (arquivos digitais)

## 5 - DO OBJETO E PRECO MÁXIMO

- 5.1 A presente licitação tem por objeto a formalização de Ata de Registro de Preços para eventual contratação de empresa para prestação de serviços gráficos e confecção de *banner's*, atendendo as necessidades da Administração Geral do Município de Mercedes, conforme especificações técnicas mínimas constantes do Anexo I Memorial Descritivo.
  - 5.1.1 O Registro de Preços, decorrente deste Pregão Presencial, terá a validade de 12 (doze) meses. O objeto da presente licitação será empregado nas atividades desenvolvidas pela Secretaria interessada, observadas as características e demais condições definidas neste Edital e em seus Anexos.
- 5.2 O preço total do objeto do presente certame é de R\$ 97.373,95 (noventa e sete mil, trezentos e setenta e três reais e noventa e cinco centavos), conforme disposto no Anexo I Memorial Descritivo, do presente Edital, onde verifica-se o valor por item e total por lote, conforme o critério de julgamento do presente procedimento.

## 6 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da dotação orçamentária:

02.001.04122.0002.2002 - Manutenção do Gabinete do Poder Executivo.

Elemento de despesa: 3390396301; 3390396302

Fonte de recurso: 000, 505

02.004.04.122.0003.2006 – Ações da Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças.

Elemento de despesa: 3390396301; 3390396302

Fonte de recurso: 000, 505, 510, 511

02.005.12.361.0004.2009 - Manutenção e Revitalização do Ensino Fundamental.

Elemento de despesa: 3390396301; 3390396302

Fonte de recurso: 000, 104, 107, 505

02.005.12.365.0004.2013 – Manutenção e Revitalização da Educação Infantil – Pré Escola.

Elemento de despesa: 3390396301; 3390396302

Fonte de recurso: 000, 104, 505

02.005.12.365.0004.2015 – Manutenção e Revitalização da Educação Infantil – Creche.

Elemento de despesa: 3390396301; 3390396302

Fonte de recurso: 000, 104, 505

02.005.13.392.0005.2023 – Manutenção das Atividades do Centro Cultural e Biblioteca

Cidadã.

Elemento de despesa: 3390396301; 3390396302

Fonte de recurso: 000, 505

02.007.10.302.0006.2028 - Manutenção das Unidades de Saúde.

Elemento de despesa: 3390396301; 3390396302

Fonte de recurso: 000, 496, 505, 20495

02.007.10.304.0006.2029 – Vigilância Sanitária. Elemento de despesa: 3390396301; 3390396302

Fonte de recurso: 000, 497

02.007.10.301.0006.2030 – Estratégia de Saúde da Família - ESF.

Elemento de despesa: 3390396301; 3390396302

Fonte de recurso: 000

02.007.10.305.0006.2031 – Vigilância em Saúde. Elemento de despesa: 3390396301; 3390396302

Fonte de recurso: 000, 497

02.009.15.452.0008.2039 – Manutenção de Serviços Públicos.

Elemento de despesa: 3390396301; 3390396302

Fonte de recurso: 505, 000, 511

02.009.17.512.0009.2042 - Manutenção do Sistema de Abastecimento de Água- SMAE.

Elemento de despesa: 3390396301; 3390396302

Fonte de recurso: 055

02.008.20.122.0007.2034 – Ações da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente.

Elemento de despesa: 3390396301; 3390396302

Fonte de recurso: 505

02.014.27.812.0012.2050 – Manutenção das Atividades Esportivas e de Lazer.

Elemento de despesa: 3390396301; 3390396302

Fonte de recurso: 000, 505

02.014.27.812.0012.2049 – Manutenção da Secretaria de Esporte, Turismo e Lazer.

Elemento de despesa: 3390396301; 3390396302

Fonte de recurso: 505

02.011.08.243.0013.2054 — Conselho Tutelar. Elemento de despesa: 3390396301; 3390396302

Fonte de recurso: 000

02.011.10.244.0013.2052 – Gestão da Política de Assistência Social.

Elemento de despesa: 3390396301; 3390396302

Fonte de recurso 505

02.012.08.244.0013.2055 – Centro de Referência da Assistência Social - CRAS.

Elemento de despesa: 3390396301; 3390396302 Fonte de recurso: 000, 505, 934; 000, 505, 934

02.012.08.244.0013.2058 - Proteção Social Especial - CREAS.

Elemento de despesa: 3390396301; 3390396302

Fonte de recurso: 935; 935

02.013.08.243.0013.6001 - Proteção à Criança, Adolescente e Jovens.

Elemento de despesa: 3390396301; 3390396302 Fonte de recurso: 000, 505, 880; 000, 505, 880

02.010.04.122.0011.2045 – Ações da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e

**Emprego** 

Elemento de despesa: 3390396301; 3390396302

Fonte de recurso: 505

### 7 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

7.1 Poderão participar desta licitação os interessados que:

- 7.1.1Desempenhem atividade pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;
- 7.1.2Atendam os requisitos de classificação das propostas exigidos neste Edital; e

- 7.1.3Comprovem possuir os documentos de habilitação requeridos.
- 7.1.4 Ostentem a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte (art. 48, I, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, e art. 37 da Lei Complementar Municipal n.º 012, de 29 de outubro de 2009).
- 7.2 É vedada a participação de:
  - 7.2.1 Consórcios de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;
  - 7.2.2 Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta, federal, estadual ou municipal;
  - 7.2.3 Empresas impedidas de licitar ou contratar com o Município de Mercedes;
  - 7.2.4 Empresas com falência decretada, concordatárias ou em recuperação; e
  - 7.2.5 Servidor, dirigente do órgão ou responsável pela licitação, que tenha participação direta ou indireta como licitante. Considera-se participação indireta, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista
- 8 DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE
- 8.1 A presente licitação é destinada exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48, I, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, e art. 37 da Lei Complementar Municipal n.º 012, de 29 de outubro de 2009.
- 8.2 Para participação no presente certame e gozo dos benefícios da Lei Complementar n.º 123/2006 e suas alterações, deverão as microempresas e empresas de pequeno porte apresentar Certidão Simplificada da Junta Comercial, atestando o enquadramento, com data de expedição de no máximo 90 (noventa) dias da data de abertura da licitação (apartada do contrato social) ou cláusula equivalente, constante do Documento Constitutivo ou Alterador, em qualquer das hipóteses, com o respectivo arquivamento/averbação na Junta Comercial ou Registro Competente.
  - 8.2.1 A comprovação da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte deverá ser feita anteriormente à apresentação das propostas comerciais, na fase de credenciamento, devendo a licitante realizar a entrega do documento comprovatório (em original ou cópia autênticada) fora de qualquer envelope, diretamente à Pregoeira.

- 8.3 A comprovação da regularidade fiscal da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, observado o seguinte:
- a) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado à Licitante o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas e positivas com efeito de certidão negativa;
- b) A não-regularização da documentação, no prazo previsto na alínea anterior, implicará decadência do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

# 9 - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

9.1 O licitante deverá apresentar, fora dos envelopes 1 (Proposta de Preços) e 2 (Documentos de Habilitação), Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, de acordo com modelo constante no Anexo II deste Edital, devendo ser confeccionado em papel timbrado do licitante, assinado por seu representante legal.

# 10 – DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DO ENVELOPE N.º 1 (PROPOSTA DE PREÇOS) E SEU CONTEÚDO

10.1A Proposta de Preços deverá ser apresentada separadamente dos documentos de habilitação, em envelope lacrado (Envelope n.º 1), contendo os seguintes dizeres na parte externa:

ENVELOPE N.º 1 (PROPOSTA DE PREÇOS) MUNICÍPIO DE MERCEDES ESTADO DO PARANÁ (NOME COMPLETO DO PROPONENTE) ENDEREÇO: CNPJ:

PREGÃO PRESENCIAL N.º xx/2017 DATA DE ABERTURA: xx/xx/2017

HORÁRIO: xx:00h

- 10.2 A Proposta de Preços, a ser apresentada em conformidade com o modelo constante no Anexo III deste Edital, deverá:
  - 10.2.1 Ser elaborada em papel timbrado da empresa e redigida com clareza, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, não contendo rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas, que dificultem sua análise;

- 10.2.2 Conter razão social, endereço, CNPJ e inscrição estadual (ou municipal, se for o caso) do licitante, assim como, endereço completo, telefone ou fax, e endereço eletrônico, se houver, para contato;
- 10.2.3 Conter identificação do número do Pregão;
- 10.2.4 Ser datada e assinada pelo representante legal do licitante ou pelo procurador, na sua última página, e rubricada nas demais.
- 10.2.5 Conter descrição completa, detalhada e precisa do objeto da licitação, em conformidade com as especificações contidas neste Edital e seus Anexos, principalmente aquelas constantes do Anexo I Memorial Descritivo.
- 10.2.6 Conter valor por item e valor total do lote ao qual se refere a proposta, conforme o objeto deste Edital;
- 10.2.7 Conter indicação do valor em moeda nacional, com no máximo 02 (duas) casas decimais:
- 10.2.8 Conter data, assinatura e nome completo do representante legal da empresa;
- 10.2.9 Conter indicação do prazo de validade das propostas de preços apresentadas, inclusive na etapa de lances verbais do Pregão, que será de, no mínimo, 30 (trinta) dias, a contar da data da sessão pública do Pregão.
- 10.3 No preço deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos como frete, seguro, tributos de qualquer natureza e todas as demais despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação.
- 10.4 A apresentação da Proposta de Preços pelo licitante implica na aceitação:
  - 10.4.1 Do prazo de pagamento, de acordo com o subitem 25.3;
  - 10.4.2 Das demais condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

# 11 - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DO ENVELOPE N.º 2 (DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO) E SEU CONTEÚDO

11.1 Os documentos de habilitação deverão ser apresentados separadamente da Proposta de Preços, em envelope lacrado (Envelope n.º 2), contendo os seguintes dizeres na parte externa:

## ENVELOPE N.º 2 (HABILITAÇÃO) MUNICÍPIO DE MERCEDES

ESTADO DO PARANÁ (NOME COMPLETO DO PROPONENTE) ENDEREÇO: CNPJ: PREGÃO PRESENCIAL N.º xx/2017 DATA DE ABERTURA: xx/xx/2017 HORÁRIO: xx:00h

- 11.2 Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, cópia autenticada por tabelião de notas, ou cópia acompanhada do original para autenticação pela Pregoeira ou por membro da Equipe de Apoio.
- 11.3 Os documentos deverão ser entregues, preferencialmente, na sequência indicada nos itens abaixo, a fim de permitir celeridade na sua conferência e no seu exame.
- 11.4 A **Habilitação Jurídica** será demonstrada pela apresentação dos seguintes documentos:
  - 11.4.1 Registro comercial (Requerimento de Empresário), no caso de empresa individual;
  - 11.4.2 Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e todas as alterações, no caso de sociedade empresária limitada, ou Estatuto, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores.
  - 11.4.2.1 Preferencialmente, em substituição às alterações contratuais, a licitante apresentará o Contrato Social consolidado e alterações posteriores.
  - 11.4.3 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.
  - 11.4.4 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 11.5 A **Regularidade Fiscal** será demonstrada pela apresentação dos seguintes documentos:
  - 11.5.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
  - 11.5.2 Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual, relativo ao domicílio ou sede da proponente, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto da presente Licitação ou, se for o caso, Certidão Narrativa de Inexistência de

Inscrição de nome Empresarial ou CNPJ no Cadastro de Contribuintes do ICMS.

- 11.5.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014;
- 11.5.4 Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS (CRF), emitida pela Caixa Econômica Federal;
- 11.5.5 Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual, emitida pela Secretaria de Estado da Fazenda SEFA;
- 11.5.6 Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal (Certidão quanto a Tributos Municipais), do domicílio ou sede da licitante.
- Obs: A Certidão Positiva com efeitos de Negativa, expedida por qualquer órgão da Administração Pública direta ou indireta, exigível para este Pregão, constitui documento hábil para a comprovação da regularidade fiscal da licitante.
  - 1. Considera-se certidão positiva com efeitos de negativa aquela que contemple a existência de débitos:
    - 1.a Não vencidos;
    - 1.b Em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetuada a penhora;
    - 1.c Cuja exigibilidade esteja suspensa;
- 11.6 A **Regularidade Trabalhista** será demonstrada pela apresentação do seguinte documento:
  - 11.6.1 Prova de Inexistência de Débitos Trabalhistas, mediante apresentação de CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas), emitida pelo TST (Tribunal Superior do Trabalho).

Obs: Para efeito de verificação da validade das certidões de regularidade fiscal, se outro prazo não constar da lei ou dos próprios documentos, serão consideradas válidas aquelas emitidas no período de 90 (noventa) dias que antecedem a data da sessão do Pregão.

- 11.7 Outros documentos a serem apresentados:
  - 11.7.1 Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII, art. 7°, da

Constituição Federal, conforme modelo do Anexo IV deste Edital.

11.7.2 Declaração de inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, conforme modelo do Anexo V deste Edital.

Obs: Os documentos necessários à habilitação do proponente poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, por Pregoeiro ou por membro da Equipe de Apoio, mediante conferência da cópia com o original ou publicação em órgão de imprensa oficial.

## 12 - DOS REQUERIMENTOS DE ESCLARECIMENTOS EM RELAÇÃO AO EDITAL

- 12.1 É facultada a qualquer interessado a apresentação de requerimento de esclarecimentos sobre este ato convocatório e seus Anexos, desde que protocolado em prazo não inferior a 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas.
- 12.2 O requerimento pode envolver, inclusive, a solicitação de cópias da legislação disciplinadora do procedimento, mediante pagamento da taxa de R\$ 6,12 (seis reais e doze centavos), em quantidade bastante para cobertura do custo da reprodução gráfica.
- 12.3 O requerimento, dirigido à autoridade subscritora do Edital, deverá ser devidamente protocolado no setor de Protocolos da Prefeitura do Município de Mercedes, durante o horário normal de expediente, das 08:00h às 12:00h e das 13:30h às 17:30h.
- 12.4 Alternativamente poderá o requerimento ser enviado para o e-mail <u>compras@mercedes.pr.gov.br</u>, correndo por conta do interessado o risco de seu efetivo recebimento pelo destinatário em tempo hábil.
- 12.5 Os esclarecimentos deverão ser prestados pela autoridade subscritora do Edital, no prazo de 01 (um) dia útil, a contar do protocolo do requerimento, passando este a integrar, juntamente com aqueles, os autos do procedimento.
- 12.6 As questões formuladas que forem de interesse geral, bem como as respostas da Pregoeira, serão divulgadas para todos os que retiraram o Edital, resguardando-se o sigilo quanto à identificação da empresa consulente.

## 13 - DA SOLICITAÇÃO DE PROVIDÊNCIAS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

13.1 É facultada a qualquer interessado a apresentação de requerimento para que sejam tomadas providências em relação ao Edital e seus Anexos, ou para impugná-los, desde que protocolado em prazo não inferior a 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, e protocolado junto ao setor competente da Prefeitura do Município de Mercedes, durante o horário normal de expediente.

- 13.1.1 Alternativamente poderá o requerimento ser enviado para o e-mail compras@mercedes.pr.gov.br, correndo por conta do interessado o risco de seu efetivo recebimento pelo destinatário em tempo hábil.
- 13.2 A decisão sobre o requerimento para adoção de providências ou de impugnação será proferida pela autoridade subscritora deste, no prazo de 01 (um) dia útil, a contar do recebimento do requerimento, passando ela a integrar, juntamente com o requerimento que lhe deu origem, os autos do procedimento.
- 13.3 Desde que implique modificação(ões) do ato convocatório do Pregão e/ou de seus Anexos, o acolhimento do pedido de providências ou de impugnação exige, além da(s) alteração(ões) decorrente(s), nova abertura de prazo e designação de nova data para a realização do certame, e divulgação da mesma forma dada ao ato convocatório original, salvo quando não afetar a formulação de propostas.

#### 14 – DO CREDENCIAMENTO

- 14.1 No dia, hora e local estipulados no subitem 2.1 deste Edital, os licitantes deverão estar representados por agentes credenciados, que se apresentarão à Pregoeira e à Equipe de Apoio, devidamente identificados com cédula de identidade ou documento equivalente que contenha fotografia, e portando Termo de Credenciamento, de conformidade com o modelo constante no Anexo VI deste Edital, ou Instrumento de Procuração com poderes idênticos.
  - 14.1.1 O Termo de Credenciamento, a ser apresentado fora dos envelopes e juntamente com cópia autenticada ou via original do ato constitutivo da empresa, deverá prever expressamente a outorga de poderes para:
  - 14.1.1.1 apresentar a declaração de que o licitante cumpre as exigências contidas no Edital e em seus Anexos;
    - 14.1.1.2 formular lances ou ofertas verbais;
    - 14.1.1.3 negociar com a Pregoeira a redução dos preços ofertados;
    - 14.1.1.4 desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão pública ou, se for o caso, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de fazê-lo;
    - 14.1.1.5 assinar a ata da sessão;
    - 14.1.1.6 prestar todos os esclarecimentos solicitados pela Pregoeira; e
    - 14.1.1.7 praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

- 14.1.2 Se o representante da licitante for seu sócio, titular (empresário individual), dirigente ou assemelhado, o credenciamento será feito mediante a apresentação da via original ou de cópia autenticada do Estatuto Social, Contrato Social ou outro instrumento de constituição empresarial, devidamente registrado no órgão de Registro do Comércio competente, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.
- 14.2 A não apresentação do Termo de Credenciamento citado no subitem 14.1 não será motivo para desclassificação ou inabilitação do licitante, mas impedirá que o representante se manifeste ou responda em nome do licitante durante a sessão, inclusive na etapa de apresentação de lances verbais.
- 14.3 Será admitida a presença de apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciado.
- 14.4 Cada credenciado poderá representar 01 (um) único licitante.
- 14.5 O Termo de Credenciamento poderá ser substituído por instrumento público ou particular de procuração, desde que atendidas as disposições do subitem 14.1.1.
- 14.6 A ausência da documentação referida no subitem 14.1, seus subitens, e subitem 14.5, conforme o caso, ou a sua apresentação em desconformidade com as exigências, impossibilitará a participação do licitante na fase de apresentação de lances verbais do Pregão, mantido o preço apresentado na proposta escrita para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço.
- 14.7 A ausência do credenciado, após a entrega do envelope de proposta de preços e, antes de iniciada a etapa de lances verbais, importará na imediata exclusão do licitante por ele representado, desta etapa, salvo autorização da Pregoeira; neste caso, para efeito de classificação das propostas, será mantido o preço apresentado na proposta escrita do licitante excluído.
  - 14.7.1 Ausentando-se o credenciado sem autorização da Pregoeira, após o início da etapa de lances verbais, ficará o mesmo impedido de realizar novos lances, mantendo-se, entretanto, sua última oferta, para efeito de classificação das propostas.
- 14.8 Os documentos de credenciamento serão retidos pela Pregoeira e pela Equipe de Apoio e juntados ao processo administrativo.
- 14.9 O licitante que não se fizer representar na sessão fica dispensado apenas da apresentação de Termo de Credenciamento, entretanto, deverá encaminhar envelope contendo os demais documentos de credenciamento indicados no presente Edital, contendo os seguintes dizeres na parte externa:

ENVELOPE CREDENCIAMENTO
MUNICÍPIO DE MERCEDES
ESTADO DO PARANÁ
(NOME COMPLETO DO PROPONENTE)
ENDEREÇO:
CNPJ:
PREGÃO PRESENCIAL N.º xx/2017
DATA DE ABERTURA: xx/xx/2017

HORÁRIO: xx:00h

- 14.10 Os documentos deverão ser entregues, preferencialmente, na sequência indicada nos itens abaixo, a fim de permitir celeridade na sua conferência e no seu exame:
  - 14.10.1 Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação (modelo constante do Anexo II);
  - 14.10.2 Registro comercial (Requerimento de Empresário), no caso de empresa individual, Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e todas as alterações, no caso de sociedade empresária limitada ou, preferencialmente, em substituição às alterações contratuais, a licitante apresentará o Contrato Social consolidado e alterações posteriores, ou Estatuto, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores;
  - 14.10.3 Comprovação de enquadramento no regime de ME e/ou EPP, conforme disposições constantes do item 8.2 deste Edital.

# 15 - DO RECEBIMENTO DA DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DOS ENVELOPES

- 15.1 Tão logo se encerre a etapa de credenciamento, a Pregoeira e a Equipe de Apoio receberão dos agentes credenciados a declaração de que o licitante cumpre os requisitos de habilitação, que **deverá ser apresentada à parte, fora dos envelopes.** 
  - 15.1.1 No caso do interessado ou do representante legal não apresentar a declaração, poderá solicitar formulário próprio à Pregoeira para fazê-lo, procedendo em seguida ao seu preenchimento e assinatura.
  - 15.1.2 A ausência da referida declaração, a recusa em assinar a declaração fornecida pela Pregoeira ou a sua apresentação em desconformidade com a exigência deste Edital inviabilizará a participação do licitante no Pregão, mantido o preço apresentado na proposta escrita para efeito de classificação das propostas.
- 15.2 Recebida e aceita pela Pregoeira a declaração mencionada no subitem 15.1, proceder-se-á

ao recebimento dos Envelopes n.º 1 (Proposta de Preços) e n.º 2 (Documentos de Habilitação).

15.2.1 A ausência de identificação na parte externa dos envelopes, conforme solicitado nos subitens 10.1 e 11.1 deste Edital, não constitui motivo para desclassificação do licitante, devendo, todavia, seu representante legal proceder à devida identificação.

### 16 - DA ABERTURA DO ENVELOPE N.º 1 (PROPOSTA DE PREÇOS)

- 16.1 Vencida a etapa de credenciamento procederá a Pregoeira à abertura dos envelopes contendo as propostas de preços, mantendo intactos, sob sua guarda, os envelopes contendo a documentação de habilitação.
  - 16.1.1 Se, por equívoco, for aberto o envelope contendo os documentos de habilitação, a Pregoeira deve lacrá-lo sem analisar seu conteúdo, recolhendo a rubrica dos presentes sobre o lacre.
- 16.2 A falta de data e/ou rubrica e/ou assinatura nas declarações expedidas pelo próprio licitante ou na proposta poderá ser suprida pelo seu representante legal presente à sessão.
- 16.3 A Pregoeira deverá analisar as propostas de preços dos licitantes considerando o disposto neste Edital.
- 16.4 Será desclassificada a Proposta de Preços que:
  - 16.4.1 Não cumprir o disposto nos subitens 10.2, 10.3 e 10.4 deste Edital;
  - 16.4.2 Oferecer vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido;
  - 16.4.3 Apresentar preço baseado exclusivamente em proposta dos demais licitantes;
  - 16.4.4 Apresentar preço simbólico, irrisório ou de valor zero;
  - 16.4.5 Apresentar preço manifestadamente inexequível ou superior o preço máximo admitido.
- 16.5 Aferidas todas as propostas, fará a Pregoeira a classificação provisória das mesmas, em ordem crescente de valores.
- 16.6 A Pregoeira classificará, para participar da etapa de apresentação de lances verbais o autor da proposta com o menor preço e todos os licitantes que tenham apresentado propostas de preço,

no máximo, 10% (dez por cento) superiores ao menor preço por item ofertado.

- 16.7 Se não houver, no mínimo, 03 (três) propostas escritas, nos termos do subitem anterior, poderão os autores das 03 (três) melhores propostas oferecer novos lances verbais e sucessivos.
- 16.8 Havendo empate entre 02 (duas) ou mais propostas, será efetuado sorteio para o estabelecimento da ordem de classificação, cabendo ao vencedor do sorteio apresentar lance depois do perdedor na etapa de apresentação de lances verbais.
  - 16.8.1 O sorteio de que trata este item poderá ser dispensado em caso de declinação de preferência dos licitantes, procedendo o pregoeiro à ordenação para a realização de lances verbais, atendendo a acordo verbal celebrado entre os licitantes "empatados".
- 16.9 Havendo um único licitante ou uma única proposta válida, a Pregoeira poderá decidir, mediante justificativa, pela suspensão do Pregão, inclusive para melhor avaliação das regras do Edital e de seus Anexos e das limitações do mercado, ou pela repetição do Pregão ou, ainda, pela sua continuidade, desde que não haja prejuízos à Administração.

#### 17 - DA APRESENTAÇÃO DE LANCES VERBAIS

- 17.1 A Pregoeira convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, iniciando-se a etapa com o lance do autor da proposta classificada de maior preço, vindo a seguir os lances dos demais classificados, em ordem decrescente de preço, sendo que o licitante que ofereceu a proposta de menor preço será o último a oferecer lance verbal.
- 17.2 Havendo disposição do licitante para oferecer lance, este deve representar redução de 0,5% (cinco décimos por cento) do último preço ofertado.
  - 17.2.1 Excepcionalmente, a critério da Pregoeira e, diante de situação que resguarde o interesse público, poderá ser aceita oferta em valor inferior ao estabelecido.
- 17.4 Não poderá haver desistência de lances já ofertados.
  - 17.4.1Na sua ocorrência, se sujeita o desistente às penalidades previstas neste Edital e na legislação pertinente.
- 17.5 A desistência de apresentação de lance verbal por um licitante, quando convocado pela Pregoeira, implicará sua exclusão da etapa de apresentação de lances verbais e a manutenção do último preço por ele ofertado para fins de posterior classificação das propostas.
- 17.6 A etapa de apresentação de lances verbais será declarada encerrada pela Pregoeira quando

todos os licitantes declinarem da formulação de novo lance.

- 17.7 Se nenhum licitante oferecer lance verbal, a Pregoeira poderá aceitar a proposta escrita de menor preço, se ela atender todas as exigências deste Edital e de seus Anexos, e se o preço for compatível com o preço praticado no mercado, devendo, no entanto, abrir negociação visando redução do preço.
- 17.8 Da mesma forma, havendo, durante a etapa de apresentação de lances verbais uma única oferta, a Pregoeira poderá aceitá-la se ela atender a todas as exigências deste Edital e de seus Anexos e se o preço for compatível com o preço praticado no mercado, devendo, igualmente, abrir negociação visando redução do preço.

### 18 - DA CLASSIFICAÇÃO E ANÁLISE DAS PROPOSTAS DE PREÇO

- 18.1 Declarada encerrada a etapa de apresentação de lances verbais, a Pregoeira procederá à nova classificação das propostas, incluindo propostas selecionadas e não selecionadas para essa etapa, na ordem crescente de preços.
- 18.2 Para proceder à classificação, a Pregoeira considerará:
  - 18.2.1 O último preço ofertado, no caso dos licitantes selecionados para a etapa de apresentação de lances verbais;
  - 18.2.2 O preço contido na proposta escrita, no caso dos licitantes não classificados para a etapa de lances verbais, e dos classificados que, por opção, não apresentaram lances verbais.
- 18.3 Classificadas as propostas, a Pregoeira examinará a aceitabilidade da proposta do licitante classificado em primeiro lugar, decidindo motivadamente a respeito, sendo facultado a ele negociar visando obter melhor preço.
  - 18.3.1 A decisão da Pregoeira será balizada pela comparação do preço obtido com os preços atuais praticados no mercado ou com os preços ofertados em licitações anteriores, sendo que as informações utilizadas na sua decisão devem ser anexadas aos autos do processo.
- 18.4 A Pregoeira poderá, também, solicitar a demonstração da exequibilidade dos preços propostos, devendo o licitante estar pronto para prestar informações sobre os custos, inclusive com apresentação de planilhas e demonstrativos que justifiquem sua proposta.
- 18.5 Em caso de não apresentação ou de insuficiência das informações mencionadas no subitem anterior, a Pregoeira poderá desclassificar o licitante, devendo para tanto, promover despacho fundamentado, que será anexado aos autos do processo, hipótese em que procederá ao exame da

proposta do licitante classificado na sequência.

# 19 - DA VERIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, DEFINIÇÃO DO VENCEDOR E RECURSOS

- 19.1 Superada a etapa de classificação de propostas e análise da proposta de preço do licitante classificado em primeiro lugar, a Pregoeira abrirá o envelope contendo a documentação de habilitação do mesmo, procedendo ao exame dos respectivos documentos.
- 19.2 É assegurado a todos os licitantes o direito de proceder ao exame dos documentos habilitatórios do licitante classificado em primeiro lugar, assim como de rubricá-los.
- 19.3 Constituem motivos para inabilitação do licitante:
  - 19.3.1 A não apresentação da documentação exigida para habilitação;
  - 19.3.2 A apresentação de documentos com prazo de validade vencido;
  - 19.3.3 A apresentação de documentos comprobatórios da regularidade fiscal de estabelecimento que não seja a matriz (filial);
  - 19.3.4 A substituição dos documentos exigidos para habilitação, por protocolos de requerimento de certidões;
  - 19.3.5 O não cumprimento dos requisitos de habilitação; e
  - 19.3.6 A apresentação de cópias desacompanhadas de originais para autenticação, quando não autenticadas por tabelião de notas.
- 19.4 A falta de data e/ou rubrica e/ou assinatura nas declarações expedidas pelo próprio licitante ou na proposta poderá também ser suprida pelo seu representante legal **presente à sessão**.
- 19.5 Constatado o atendimento das exigências fixadas neste Edital e em seus Anexos, será o licitante declarado vencedor.
- 19.6 Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar **imediata e motivadamente** a intenção de recorrer, cabendo à Pregoeira respeitar os seguintes procedimentos:
  - 19.6.1 Os licitantes terão até 10 (dez) minutos, contados da declaração do vencedor, para manifestarem a intenção de recorrer, pena de decadência.
  - 19.6.2 Após registrar o evento em ata, a Pregoeira pode acatar o recurso e reformar sua decisão ou, em caso de não acatá-lo, conceder prazo de 03 (três) dias,

contados a partir do dia seguinte ao da realização do certame, para apresentação das razões do recurso pelo recorrente, que deve ser encaminhada à Pregoeira, mediante protocolo junto ao setor competente da Prefeitura do Município de Mercedes, observando o horário normal de expediente;

- 19.6.3 Interposto recurso, ficam os demais licitantes desde logo intimados para, no prazo sucessivo de 03 (três) dias, apresentar contrarrazões, se assim o quiserem, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 19.6.4 O recurso contra decisão da Pregoeira terá efeito suspensivo;
- 19.6.5 Cabe à Pregoeira receber, examinar e instruir os recursos impetrados contra as suas decisões, assim como encaminhá-los para a autoridade competente proceder ao julgamento;
- 19.6.6 Cabe à autoridade competente o julgamento do recurso;
- 19.6.7 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento; e
- 19.6.8 Decididos os recursos, no prazo de 02 (dois) dias úteis e, constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente deverá proceder à adjudicação e à homologação;
- 19.7 A falta de manifestação imediata e motivada por parte dos licitantes importará na decadência do direito de recurso e na adjudicação, pela Pregoeira, do objeto da licitação ao licitante vencedor.
- 19.8 Os envelopes contendo a documentação de habilitação dos licitantes desclassificados e dos licitantes classificados não declarados vencedores permanecerão sob custódia da Pregoeira até a efetiva formalização da contratação.
- 19.9 Em caso de não haver tempo suficiente para a abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e os documentos de habilitação dos licitantes em um único momento ou, ainda, se os trabalhos não puderem ser concluídos e/ou surgirem dúvidas que não possam ser dirimidas de imediato, a Pregoeira determinará a suspensão da sessão, registrando os motivos em ata, e, posteriormente, convocará os licitantes para a continuidade da sessão em outra data.
  - 19.9.1 Iniciada a etapa de apresentação de lances verbais, a suspensão dos trabalhos somente poderá ocorrer, em qualquer hipótese, após a Pregoeira tê-la declarada encerrada.

- 19.9.2 A Pregoeira deverá manter sob sua guarda os envelopes contendo os documentos habilitatórios, devidamente rubricados por ele e pelos licitantes, devendo reexibi-los na reabertura da sessão.
- 19.10 É facultado aos licitantes cotar o objeto do presente certame ao preço do ofertado pelo licitante vencedor, devendo figurar na respectiva Ata de Registro de Preços em anexo próprio, na sequência da classificação do certame, com vista a formação de cadastro de reserva de que trata o art. 10, II e § 1°, do Decreto Municipal n.º 096, de 5 de setembro de 2016.
  - 19.10.1 O Pregoeiro fará a análise da documentação de habilitação dos licitantes que optarem por compor o cadastro de reserva na própria sessão de abertura e julgamento de propostas.

#### 20 – DA HOMOLOGAÇÃO E ASSINATURA DA ATA

- 20.1 Encerrada a sessão pública, a autoridade competente:
  - 20.1.1 Se houver recurso(s), efetuará o julgamento e, após proferir a decisão, procederá à adjudicação do objeto ao vencedor e à homologação do resultado do Pregão;
  - 20.1.2 Inexistindo recursos, homologará o resultado do Pregão;
- 20.2 Homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado oficialmente, durante o prazo de validade da proposta, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo modelo consta no Anexo VII deste Edital.
- 20.2.1 O prazo para assinatura da Ata, que será de 05 (cinco) dias corridos, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando houver solicitação formalizada por escrito da parte interessada e desde que demonstre motivo justificado que seja acatado pela autoridade competente.
- 20.3 A Ata deverá ser assinada por representante legal ou constituído por delegação do adjudicatário, sendo que:
  - 20.3.1 Se o representante do adjudicatário for seu sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado, deverá ser apresentado original ou cópia autenticada do Estatuto Social, Contrato Social ou outro instrumento de registro comercial, devidamente registrado no órgão competente, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura; e
  - 20.3.2 Nos demais casos, o representante do adjudicatário deve apresentar instrumento público ou privado de procuração, sempre acompanhado de original ou cópia autenticada de Contrato Social ou de outro instrumento constitutivo do

adjudicatário, diretamente vinculado à correspondente natureza jurídica, com poderes específicos para assinar a Ata.

- 20.4 Como condição para assinatura da Ata, o adjudicatário deverá manter as mesmas condições de habilitação.
- 20.5 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a Ata, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.
- 20.6 As situações que, eventualmente, não forem contempladas pelo contrato, regular-se-ão pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, combinado com o artigo 55, inciso XII, ambos da Lei Federal n.º 8.666/93.
- 20.7 Ressalvados motivos de força maior e/ou casos fortuitos, a inexecução contratual por parte do licitante vencedor, ocasiona rescisão do contrato, e autoriza a Administração a convocar o próximo licitante, na ordem de classificação, para assinar nova Ata.
- 20.8 O Município de Mercedes poderá, quando o convocado não assinar a Ata ou aceitar outro instrumento hábil no prazo e condições estabelecidos neste instrumento convocatório, convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao preço, ou revogar a licitação, sem prejuízo da cominação prevista no art. 81 da Lei 8.666/93.

#### 21 - DA VIGÊNCIA DA ATA

21.1 A Ata terá vigência de 12 (doze) meses, findando em junho de 2018.

#### **22 - PRECO**

- 22.1 O preço registrado não sofrerá qualquer reajuste durante a vigência da contratação, ressalvada a possibilidade da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, na forma do art. 11, § 3°, do Decreto Municipal n.º 096, de 5 de setembro de 2016, e do art. 65, II, "d", da Lei n.º 8.666/93.
- 22.2 O preço deve incluir, além do lucro, todas as despesas e custos como frete, embalagem, seguro, tributos de qualquer natureza e demais despesas relacionadas, diretas ou indiretas.
- 22.3 Serão desclassificadas as propostas escritas que apresentarem preço superior ao consignado no subitem 5.

#### 23 - DO PRAZO, CONDICÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

23.1 O fornecimento iniciará a partir de junho de 2017 (dois mil e dezessete), sendo que a

<u>entrega do objeto dar-se-à em até 15 (quinze) dias após a sua solicitação</u>, mediante e de acordo com a entrega da Ordem de Compra, devendo ser entregue no Município de Mercedes, na Secretaria que solicitou o objeto.

- 23.1.1 A entrega do objeto deverá ser efetuada no horário de expediente desta municipalidade (de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 12:00h e das 13:30 às 17:00h), sendo que a mesma deverá ser acompanhada por representante da Secretaria requisitante do objeto.
- 23.1.2. Excepcionalmente, mediante requerimento fundamentado e deferido pela autoridade competente do Município, poderá o prazo de entrega do objeto ser prorrogado.
- 23.1.3 O Município fica desobrigado da execução total do objeto, caso não haja a real necessidade de consumo do mesmo.
- 23.2 No caso de não cumprimento ou inobservância das exigências pactuadas para o fornecimento, nos termos das previsões deste Edital e de seus Anexos, o fornecedor deverá providenciar a substituição do objeto, no prazo máximo de 03 (três) dias, contados do recebimento da notificação, sem ônus para o Município de Mercedes, e sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
- 23.3 O objeto será recebido nos termos do art. 73 da Lei n.º 8.666/93.

#### 24 - DA GARANTIA

24.1 Sem prejuízo do estabelecido neste Edital, aplicam-se às condições de garantia as disposições do Código Civil e do Código de Defesa do Consumidor.

#### 25 - DO PAGAMENTO

- 25.1 O pedido de pagamento deverá ser devidamente instruído com Nota Fiscal referente ao fornecimento efetuado. A Nota Fiscal correspondente deverá conter o número do Edital e assinatura do responsável pela Secretaria licitante em seu verso.
- 25.2 <u>Nenhum pagamento será efetuado ao fornecedor, se este, à época correspondente, não apresentar comprovação relativa a manutenção da regularidade fiscal, prevista no item 11.</u>
- 25.3 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias da data de entrega do objeto, mediante a emissão da competente Nota Fiscal.
  - 25.3.1 A mora injustificada sujeitará o Município de Mercedes ao pagamento de correção monetária a ser calculada com base na variação do IGP-M verificada entre a data em que deveria se dar o adimplemento e a data em que efetivamente ocorreu.

- 25.4 O Município de Mercedes poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pelo fornecedor.
- 25.5 O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

## 26 - DA ALTERAÇÃO DA ATA

26.1 Permite-se a alteração da Ata de Registro de Preços para o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, bem como, para alterações quantitativas e qualitativas, nos termos do art. 11 do Decreto Municipal n.º 096, de 5 de setembro de 2016, e do art. 65 da Lei n.º 8.666/93.

#### 27 - DAS PENALIDADES

- 27.1 A licitante, total ou parcialmente inadimplente, estará sujeita à aplicação das sanções previstas nos arts. 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93, e art. 7º da Lei 10.520/2002, a saber:
  - 27.1.1 Advertência, nas hipóteses de execução irregular de que não resulte prejuízo para o fornecimento;
  - 27.1.2 Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso injustificado na providência necessária, e de 1% por dia após o 30º dia de atraso, acumulada com as multas cominatórias abaixo:
    - 27.1.2.1 multa de 5% (cinco por cento) do valor do total do contrato por faltas médias, assim entendidas aquelas que acarretam transtornos significativos e, na sua reincidência, esse percentual será de 10% (dez por cento);
    - 27.1.2.2 multa de 10% (dez por cento) do valor total do contrato, nas hipóteses de inexecução total, com ou sem prejuízo para o ente público contratante.
  - 27.1.3 Suspensão temporária do direito de participar em licitação por prazo não superior a 2 (dois) anos, entre outras, no caso de inexecução total ou parcial do objeto;
  - 27.1.4 Impedimento de licitar e contratar com a Administração, e descredenciamento do Cadastro Municipal de Fornecedores, pelo prazo mínimo de 2 (dois) anos e máximo de 5 (cinco) anos, entre outras, quando:
    - 27.1.4.1 Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;
    - 27.1.4.2 Ensejar injustificado retardamento da execução de seu objeto;
    - 27.1.4.3 Não mantiver a proposta;

- 27.1.4.4 Falhar gravemente na execução do contrato;
- 27.1.4.5 Na reiteração excessiva de mesmo comportamento já punido ou omissão de providências para reparação de erros.
- 27.1.5 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, entre outras, nas seguintes hipóteses:
  - 27.1.5.1 Apresentar documentação falsa exigida para o certame;
  - 27.1.5.2 Comportar-se de modo inidôneo;
  - 27.1.5.3 Cometer fraude fiscal;
  - 27.1.5.4 Fraudar na execução do contrato.
- 27.2 Na aplicação de sanção será assegurada a observância do contraditório e da ampla defesa, bem como, a possibilidade de recurso/pedido de reconsideração, na forma do art. 109 da Lei n.º 8.666/93.
- 27.3 As sanções deverá ser aplicadas com a observâncias dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, à vista da natureza e gravidade da infração cometida.
- 27.4 Comprovado impedimento ou reconhecida força maior ou caso fortuito, devidamente justificado e aceito pela Administração Pública, ficará o fornecedor isento das penalidades.
- 27.5 As sanções advertência, de suspensão de licitar e contratar com a Administração Pública, de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade, poderão ser aplicadas ao fornecedor juntamente com a de multa prevista no subitem 27.1.2.
- 27.6 As penalidades de multa deverão ser satisfeitas no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da data de sua notificação, podendo a autoridade competente determinar seu desconto diretamente das quantias porventura devidas ao contratado.

### 28 - DA REVOGAÇÃO E/OU ANULAÇÃO DO PROCEDIMENTO

28.1 A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

- 28.1.1 A anulação do procedimento licitatório induz à da Ata.
- 28.1.2 Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do fornecedor de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado pelo cumprimento da Ata.
- 28.2 A comunicação da anulação ou da revogação do procedimento licitatório, deverá ser feita pessoalmente, ou por correspondência com aviso de recebimento, promovendo-se a juntada dos respectivos comprovantes aos autos.
- 28.2.1 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da empresa, a comunicação será feita por meio do Diário Oficial ou Jornal de Grande circulação, por duas vezes consecutivas, considerando-se revogado ou anulado o procedimento licitatório a contar da última publicação.

#### 29 - FORO

29.1 As questões decorrentes da execução deste Pregão que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Marechal Cândido Rondon-PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Mercedes – PR, 18 de maio de 2017.

Cleci M. Rambo Loffi Prefeita

## ANEXO I MEMORIAL DESCRITIVO

## 1- INTRODUÇÃO

1.1 O presente anexo apresenta aos interessados a descrição técnico-analítica do objeto da presente licitação, bem como as demais informações concernentes especificamente ao detalhamento do mesmo, visando a correta formalização das propostas, a fim de garantir o fiel atendimento às necessidades do Município de Mercedes.

## 2 - DO OBJETO E PREÇO MÁXIMO LOTE 01

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
1	50	centena	Envelope personalizado; branco; com brasão e logomarca, seleção de cores, 24x34cm (modelo 1)		3.450,00
2	10	centena	Envelope personalizado; branco; com brasão e logomarca SEMAE, seleção de cores, 24x34cm	73,75	737,50
3	80		Envelope personalizado; branco; com brasão e logomarca, seleção de cores, 11,5x22,9cm (modelo 1)		3.520,00
4	70		Envelope personalizado; branco; com brasão e logomarca, seleção de cores, 25x18,5cm (modelo 1)		3.850,00
					11.557,50

Valor máximo do LOTE 01: R\$ 11.557,50 (onze mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos)

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
1	2500	unid	Cartilha 08 páginas + capa; impressão colorida papel couchê 150g; formato fechado 150x210mm; acabamento com 02 grampos; arte e acabamentos inclusos	2 10	5.250,00
2	800	unid	Agendas escolares. 224 páginas; tam 16x21cm; capa 4x1 cores, com plastificação brilho, papel supremo não inferior 350g, 22 furos para espiral; miolo 1x1 cor; papel sulfite 75g, com espiral plástico, 22 gomos; Layout enviado pelo Município; arte e acabamentos inclusos	22,95	18.360,00
3	500	unid	Pasta Prefeitura; impressão em cores; tam	3,77	1.885,00

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
			23,5x31, dobrada; papel duplex branco x branco 300g; aba interna, inteira; acabamento com laminação brilho total; vincos para dobra; impressão 4x4 cores; arte e acabamentos inclusos		
4	2000	unid	Folder Campanha de Coleta Seletiva; papel couchê 150g; impressão 4x4; tamanho aberto: 45x21cm, tamanho dobrado: 15x21cm; dobrado com 02 vincos (modelo 2);	1 12	2.240,00
					27.735,00

Valor máximo do LOTE 02: R\$ 27.735,00 (vinte e sete mil, setecentos e trinta e cinco reais)

## LOTE 03

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
1	50		Controle Incentivo Inseminação Bovina/suína, papel superbond amarelo, 1x50, numerado, Tam.14,5x17,5cm		300,00
2	100	centena	Capa Nota Fiscal de Produtor Rural, papel cartolina, cor azul; sem impressão, Tam. 23x28cm		2.733,00
					3.033,00

Valor máximo do LOTE 03: R\$ 3.033,00 (três mil e trinta e três reais)

#### LOTE 04

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
1	25	milheiro	Nota Fiscal de Produtor Rural, papel autocopiativo, formulário contínuo, 4 vias; tam 23x28cm (sem abas), 24x27,5cm (com abas para impressão); modelo disponível na Secretaria interessada	783,00	19.575,00
					19.575,00

Valor máximo do LOTE 04: R\$ 19.575,00 (dezenove mil, quinhentos e setenta e cinco reais)

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
1	80		Papel timbrado; papel sulfite 75grs, seleção de cores; tam 22x31cm (brasão e logo); (modelo 3)		5.466,40

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
2	2500	unid	Papel timbrado; papel sulfite 75grs, seleção de cores; tam 22x31cm – Centro de Referência da Assistência Social – CRAS; com logomarca; (modelo 4)	0.45	1.125,00
3	2000	unid	Papel timbrado; papel sulfite 75grs, seleção de cores; tam 22x31cm – Centro de Referência Especializada da Assistência Social – CREAS; com logomarca; (modelo 5)		920,00
4	1500	unid	Papel timbrado; papel sulfite 75grs, seleção de cores; tam 22x31cm – Conselho Tutelar; com logomarca; (modelo 11)		735,00
5	1000	unid	Papel timbrado; papel sulfite 75grs, seleção de cores; tam 22x31cm (brasão e logomarca SEMAE) (modelo 6)		560,00
					8.806,40

Valor máximo do LOTE 05: R\$ 8.806,40 (oito mil, oitocentos e seis reais e quarenta centavos)

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
1	250	unid	Cartaz seleção de cores; campanha de vacinação; 31x46cm; 90grs; arte e acabamentos inclusos	2.46	865,00
2	2000	und	Impressão em seleção de cores sobre papel sulfite 180grs; 15x21cm; arte e acabamentos inclusos		1.600,00
3	2000	und	Impressão em seleção de cores sobre papel sulfite 75grs; 15x21cm; arte e acabamentos inclusos		980,00
4	3000	und	Impressão em seleção de cores sobre papel couchê 150grs; 15x21cm; arte e acabamentos inclusos		1.710,00
5	1000	unid	Folder tamanho 15x20cm; formato 150x210mm; papel couchê 115g; impressão colorida 02 lados; logomarca CRAS; arte e acabamentos inclusos	0.88	880,00
6	1000	unid	Folder tamanho 15x20cm página; formato 150x210mm; papel couchê 115g; impressão		880,00

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
			colorida 02 lados; logomarca CREAS; arte e acabamentos inclusos		
7	3000	unid	Panfleto tamanho 15X21 cm papel couche 90gs 4x0 cores; arte e acabamentos inclusos	0,27	810,00
8	1500	unid	Cartaz; impressão em cores; tam 50x70cm; papel couchê liso 150g; arte e acabamentos inclusos		3.675,00
9	2000	und	Panfleto seleção de cores, papel couchê 115grs, Tam.14,5x22cm; arte e acabamentos inclusos		720,00
					12.120,00

Valor máximo do LOTE 06: R\$ 12.120,00 (doze mil, cento e vinte reais)

# **LOTE 07**

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
1	70	bloco	Atestado médico 1 cor; papel sulfite 56grs; tam 14,5x22cm (1x50)	8,34	583,80
2	750	bloco	Receituário médico, 1 cor, papel sulfite, 56grs; tam 10x14,5cm (1x50)	3,97	2.977,50
3	65	bloco	Notificação de receita; papel superbond azul; 10x20cm (receita azul), 1x50	8,88	577,20
4	250	bloco	Autorização, 1 cor; tam 10x14,5cm (2x50) – Saúde	6,45	1.612,50
5	20	bloco	Receituário médico, 1 cor, papel autocopiativo; tam 13x14,5 cm (receita amarela) 2x50		304,20
6	500	unid	Ficha odontológica, 1 cor, papel sulfite 180grs; tam 14,5x22cm	0,96	480,00
7	40	bloco	Receituário médico; 1 cor; papel autocopiativo; tam 13x14,5 (receita branca) 2x50;		628,00
					7.163,20

Valor máximo do LOTE 07: R\$ 7.163,20 (sete mil, cento e sessenta e três reais e vinte centavos)

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
1	100	jogo	Capa processo administrativo; papel duplex	6,54	654,00

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
			branco x branco 300g; com brasão logomarca e outras impressões; tam 26,5x32,6cm; capa e contracapa; perfuradas; lateral esquerda com 3,00cm de dobra marcada; modelo anexo; com impressão em duas cores (preto + verde) (modelo 7)		
2	100	jogo	Capa processo administrativo; papel duplex branco x branco 300g; com brasão logomarca e outras impressões; tam 26,5x32,6cm; capa e contracapa; perfuradas; lateral esquerda com 3,00cm de dobra marcada; modelo anexo; com impressão em duas cores (preto + azul) (modelo 7)	6,54	654,00
3	100	jogo	Capa processo administrativo; papel duplex branco x branco 300g; com brasão logomarca e outras impressões; tam 26,5x32,6cm; capa e contracapa; perfuradas; lateral esquerda com 3,00cm de dobra marcada; modelo anexo; com impressão em duas cores (preto + amarelo) (modelo 7)	6,54	654,00
4	100	jogo	Capa processo administrativo; papel duplex branco x branco 300g; com brasão logomarca e outras impressões; tam 26,5x32,6cm; capa e contracapa; perfuradas; lateral esquerda com 3,00cm de dobra marcada; modelo anexo; com impressão em preto (modelo 7)	6,54	654,00
5	4000	unid	Cartão de visita; papel couchê 300g; impressão em cores; com logomarca; arte e acabamentos inclusos		1.240,00
6	35	unid	Adesivo 10X12 cm 1x0 cor impresso em adesivo brilho 180 g — Externo; arte e acabamentos inclusos		120,75
					3.976,75

Valor máximo do LOTE 08: R\$ 3.976,75 (três mil, novecentos e setenta e seis reais e setenta e cinco centavos)

ITEM	QTD	UNID			DESC	CRIÇÃO				R\$ UNIT	R\$ TOTAL
1	10	bloco	Relatório	de	Visita	SEMAE,	1	cor,	papel	21,68	261,80

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
			autocopiativo, Tam 14x20cm (2x50); (modelo 8)		
2	100	bloco	Ficha coletora de amostra; em papel sulfite 180 g/m²; dimensões 8,8cm x 12,6cm; impressão 1 cor (azul); numeração crescente (modelo 9)	11 75	1.175,00
3	1500	unid	Fatura de serviços Água e Esgoto; em papel sulfite 120g/m²; impressão 1 cor (azul); 21x15cm; arte e acabamentos inclusos (modelo 12)	0.31	465,00
4	10	bloco	Ordem de Serviço SEMAE, 1 cor, Tam. 14,5x15,5, papel sulfite 90grs (1x50); arte e acabamentos inclusos	12,47	124,70
5	120	bloco	Ordem de Serviço Secretaria de Viação e Obras, 1 cor, Tam. 18x14,5cm, papel copiativo; 50x2, numerado sequencialmente (modelo 10)	11 88	1.425,60
					3.407,10

Valor máximo do LOTE 09: R\$ 3.407,10 (três mil, quatrocentos e sete reais e dez centavos)

**LOTE 10** 

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
1	400	$m^2$	Banner; em lona <i>front light;</i> gramatura 440gsm; fabricada em PVC, certificada e produzida de forma ecológica e ambientalmente correta; impressa com tintas eco solventes, também ecologicamente correta; com durabilidade esperada de 1 a 18 meses, expostas ao tempo, e até 36 meses em ambientes fechados; arte e acabamentos inclusos; o tamanho de cada <i>banner</i> pode variar, dependendo da necessidade do Município	88,33	35.332,00
					35.332,00

Valor máximo do LOTE 10: R\$ 35.332,00 (trinta e cinco mil, trezentos e trinta e dois reais)

- Considera-se incluso nos valores dos itens constantes das tabelas supra indicados despesas relativas ao desenvolvimento da arte gráfica e acabamento, por parte da Fornecedora, do objeto solicitado pelo Município;

- Os itens cuja finalidade não consta indicada na sua descrição destinam-se a diferentes objetivos, ou seja, a quantidade total de determinado item não irá dispor da mesma elaboração gráfica, podendo ser divido em partes, conforme a necessidade do Município e a finalidade à qual o material gráfico será utilizado. Ou seja, um mesmo item pode ser empregado com artes diversas, cuja elaboração compete a licitante vencedora, sem qualquer custo adicional ao Município.

#### **3- PROPOSTAS**

- 3.1 As propostas deverão ser elaboradas com observância do preço máximo aceitável *unitário e total por lote* constante acima, bem como, das formalidades previstas no subitem 10.2 e seguintes e Anexo III deste Edital.
- 3.2 As especificações técnicas consignadas neste Anexo devem ser rigorosamente observadas por ocasião da elaboração da proposta escrita, sob pena de desclassificação.

Mercedes – PR, 18 de maio de 2017.

Cleci M. Rambo Loffi Prefeita

## **ANEXO II**

(Deverá ser apresentada em papel timbrado do licitante, FORA DOS ENVELOPES)

# MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Ao Pregoeiro do Município de Mercedes - PR
Pregão Presencial n.º xx/2017
(nome do proponente), inscrita no CNPJ/MF n°, neste at representada por seu representante legal, o(a) Sr(a), portador(a) d Carteira de Identidade n.°, expedida pela SSP/, e do CPF n.° DECLARA, sob as penas da lei, nos termos do artigo 4°, inciso VII, da Lei n.° 10.520/2002, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o Pregão acima mencionado.
(local), de de 2017.
Nome do Representante Legal Função

#### **ANEXO III**

(Deverá ser apresentada em papel timbrado do licitante)

## MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Função

### **ANEXO IV**

(Deverá ser apresentada em papel timbrado do licitante)

# MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ARTIGO 7º, INCISO XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Ao Pregoeiro do Município de Mercedes - Pregão Presencial n.º xx/2017	PR
Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 19	, inscrita no CNPJ/MF n°, portador(a) e legal, o(a) Sr(a), portador(a), expedida pela SSP/, e do CPF n°. lei, para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da 93, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de nos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que
(Se for o caso, incluir o seguinte par Ressalva, ainda, que emprega menor aprendiz.	rágrafo:) r, a partir de quatorze anos, na condição de
(local), de	e de 2017.
Nome do I	Representante Legal Função

#### ANEXO V

(Deverá ser apresentada em papel timbrado do licitante)

# MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO DE LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO

Ao Pregoeiro do Município de Mercedes - PR Pregão Presencial n.º xx/2017
(local),dede 2017.
Nome do Representante Legal Função

## ANEXO VI

(Deverá ser apresentada em papel timbrado do licitante, FORA DOS ENVELOPES)

## MODELO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

Ao Pregoeiro do Município de Mercedes - PR Pregão Presencial n.º xx/2017

Pregao Presencial n.º xx/201/
O abaixo assinado,(inserir o nome completo do responsável legal), inscrito no CPF/MF sob n.º, portador da Carteira de Identidade n.º, expedida pela SSP/PR, na qualidade de responsável legal do proponente(inserir nome do proponente), vem, pelo presente, informar V.Sa. que o senhor(inserir o nome completo do representante), inscrito no CPF n.º, portador da Carteira de Identidade n.º, expedida pela SSP/, é a pessoa por nós designada para acompanhar o procedimento licitatório, na modalidade de Pregão Presencial, sob n.º xx/2017, com autorização para, em todas as fases, representar a empresa supra, tomar qualquer decisão, inclusive: a) apresentar a declaração de que a empresa cumpre as exigências contidas no Edital e em seus Anexos; b) entregar os envelopes contendo as propostas de preços e a documentação de habilitação; c) formular lances ou ofertas verbalmente; d) negociar com o Pregoeiro a redução dos preços ofertados; e) desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ac final da sessão pública ou, se for o caso, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de fazê-lo; f) assinar a ata da sessão; g) prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo Pregoeiro e; h) praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.
O presente Termo é válido somente até o final do certame em epígrafe.
(local), de de 2017.
Nome do Outorgante
Qualificação do Outorgante

## ANEXO VII ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº \_\_\_\_/2017 VALIDADE: 12 (doze) meses

Ata nº xxx/2017 Identificação: xxx2017

O Município de Mercedes, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na
Rua Dr. Oswaldo Cruz, n.º 555, Centro, na Cidade de Mercedes, Estado do Paraná, neste ato
representada por sua Prefeita, a Exma. Sra. Cleci M. Rambo Loffi, brasileira, casada, residente e
domiciliada na Rua xxxxxxxxxxxxxxxx, nº xxx, Centro, nesta Cidade de Mercedes, Estado do
Paraná, inscrita no CPF sob nº. xxx.xxx.xxx-xx, portadora da Carteira de Identidade nº.
xxxxxxxxxx, expedida pela SSP/PR, a seguir denominado MUNICÍPIO, e a empresa
, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº.
, com sede na Rua/Av, nº, CEP,
Bairro, na Cidade de, Estado do(e), neste ato
representada por (nome e qualificação completa do representante legal da
contratada), residente e domiciliado na Rua(Av), nº, CEP
, Bairro, na Cidade de, Estado do(e)
, portador da Carteira de Identidade nº, expedida pela
SSP/, inscrito no CPF sob nº, a seguir denominada
FORNECEDORA, nos termos do art. 15 da lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, com
as alterações nela inseridas pela Lei Federal nº 8.883 de 9 de junho de 1994, Lei Federal nº
10.520/2002 e Decreto Municipal nº 146/2011 e das demais normas legais aplicáveis e,
considerando o resultado do PREGÃO PRESENCIAL nº xx/2017, para REGISTRO DE
PREÇOS, conforme consta da proposta da fornecedora, datada de/, firmam a presente
Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações
posteriores e das cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e
responsabilidades das partes.

## CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, para eventual prestação de serviços gráficos e confecção de *banner's*, atendendo as necessidades da Administração Geral do Município de Mercedes, conforme abaixo especificados:

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
1	50		Envelope personalizado; branco; com brasão e logomarca, seleção de cores, 24x34cm (modelo 1)		
2	10	centena	Envelope personalizado; branco; com brasão e		

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
			logomarca SEMAE, seleção de cores, 24x34cm		
3	80	centena	Envelope personalizado; branco; com brasão e logomarca, seleção de cores, 11,5x22,9cm (modelo 1)		
4	70		Envelope personalizado; branco; com brasão e logomarca, seleção de cores, 25x18,5cm (modelo 1)		
			•		

## LOTE 02

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
1	2500	unid	Cartilha 08 páginas + capa; impressão colorida papel couchê 150g; formato fechado 150x210mm; acabamento com 02 grampos; arte e acabamentos inclusos		
2	800	unid	Agendas escolares. 224 páginas; tam 16x21cm; capa 4x1 cores, com plastificação brilho, papel supremo não inferior 350g, 22 furos para espiral; miolo 1x1 cor; papel sulfite 75g, com espiral plástico, 22 gomos; Layout enviado pelo Município; arte e acabamentos inclusos		
3	500	unid	Pasta Prefeitura; impressão em cores; tam 23,5x31, dobrada; papel duplex branco x branco 300g; aba interna, inteira; acabamento com laminação brilho total; vincos para dobra; impressão 4x4 cores; arte e acabamentos inclusos		
4	2000	unid	Folder Campanha de Coleta Seletiva; papel couchê 150g; impressão 4x4; tamanho aberto: 45x21cm, tamanho dobrado: 15x21cm; dobrado com 02 vincos (modelo 2);		

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
1	50	bloco	Controle Incentivo Inseminação Bovina/suína,		

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
			papel superbond amarelo, 1x50, numerado, Tam.14,5x17,5cm		
2	100	centena	Capa Nota Fiscal de Produtor Rural, papel cartolina, cor azul; sem impressão, Tam. 23x28cm		

## LOTE 04

Nota Fiscal de Produtor Rural, papel autocopiativo, formulário contínuo, 4 vias; tam  1 25 milheiro 23x28cm (sem abas), 24x27,5cm (com abas para impressão); modelo disponível na Secretaria interessada	ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
	1	25	milheiro	autocopiativo, formulário contínuo, 4 vias; tam 23x28cm (sem abas), 24x27,5cm (com abas para impressão); <i>modelo disponível na</i>		

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
1		Resma (500 folhas)	Papel timbrado; papel sulfite 75grs, seleção de cores; tam 22x31cm (brasão e logo); (modelo 3)		
2	2500	unid	Papel timbrado; papel sulfite 75grs, seleção de cores; tam 22x31cm – Centro de Referência da Assistência Social – CRAS; com logomarca; (modelo 4)		
3	2000	unid	Papel timbrado; papel sulfite 75grs, seleção de cores; tam 22x31cm – Centro de Referência Especializada da Assistência Social – CREAS; com logomarca; (modelo 5)		
4	1500	unid	Papel timbrado; papel sulfite 75grs, seleção de cores; tam 22x31cm – Conselho Tutelar; com logomarca; (modelo 11)		
5	1000	unid	Papel timbrado; papel sulfite 75grs, seleção de cores; tam 22x31cm (brasão e logomarca SEMAE) (modelo 6)		

## Valor máximo do LOTE 05: R\$ x.xxx,xx (xxxxxxxxxxxxxxxx)

## LOTE 06

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
1	250	unid	Cartaz seleção de cores; campanha de vacinação; 31x46cm; 90grs; arte e acabamentos inclusos		
2	2000	und	Impressão em seleção de cores sobre papel sulfite 180grs; 15x21cm; arte e acabamentos inclusos		
3	2000	und	Impressão em seleção de cores sobre papel sulfite 75grs; 15x21cm; arte e acabamentos inclusos		
4	3000	und	Impressão em seleção de cores sobre papel couchê 150grs; 15x21cm; arte e acabamentos inclusos		
5	1000	unid	Folder tamanho 15x20cm; formato 150x210mm; papel couchê 115g; impressão colorida 02 lados; logomarca CRAS; arte e acabamentos inclusos		
6	1000	unid	Folder tamanho 15x20cm página; formato 150x210mm; papel couchê 115g; impressão colorida 02 lados; logomarca CREAS; arte e acabamentos inclusos		
7	3000	unid	Panfleto tamanho 15X21 cm papel couche 90gs 4x0 cores; arte e acabamentos inclusos		
8	1500	unid	Cartaz; impressão em cores; tam 50x70cm; papel couchê liso 150g; arte e acabamentos inclusos		
9	2000	und	Panfleto seleção de cores, papel couchê 115grs, Tam.14,5x22cm; arte e acabamentos inclusos		

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
1	70	niaca	Atestado médico 1 cor; papel sulfite 56grs; tam 14,5x22cm (1x50)		

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
2	750	bloco	Receituário médico, 1 cor, papel sulfite, 56grs; tam 10x14,5cm (1x50)		
3	65	bloco	Notificação de receita; papel superbond azul; 10x20cm (receita azul), 1x50		
4	250	bloco	Autorização, 1 cor; tam 10x14,5cm (2x50) – Saúde		
5	20	bloco	Receituário médico, 1 cor, papel autocopiativo; tam 13x14,5 cm (receita amarela) 2x50		
6	500	unid	Ficha odontológica, 1 cor, papel sulfite 180grs; tam 14,5x22cm		
7	40	bloco	Receituário médico; 1 cor; papel autocopiativo; tam 13x14,5 (receita branca) 2x50;		
	-				

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
1	100	jogo	Capa processo administrativo; papel duplex branco x branco 300g; com brasão logomarca e outras impressões; tam 26,5x32,6cm; capa e contracapa; perfuradas; lateral esquerda com 3,00cm de dobra marcada; modelo anexo; com impressão em duas cores (preto + verde) (modelo 7)		
2	100	jogo	Capa processo administrativo; papel duplex branco x branco 300g; com brasão logomarca e outras impressões; tam 26,5x32,6cm; capa e contracapa; perfuradas; lateral esquerda com 3,00cm de dobra marcada; modelo anexo; com impressão em duas cores (preto + azul) (modelo 7)		
3	100	jogo	Capa processo administrativo; papel duplex branco x branco 300g; com brasão logomarca e outras impressões; tam 26,5x32,6cm; capa e contracapa; perfuradas; lateral esquerda com 3,00cm de dobra marcada; modelo anexo; com impressão em duas cores (preto + amarelo)		

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
			(modelo 7)		
4	100	jogo	Capa processo administrativo; papel duplex branco x branco 300g; com brasão logomarca e outras impressões; tam 26,5x32,6cm; capa e contracapa; perfuradas; lateral esquerda com 3,00cm de dobra marcada; modelo anexo; com impressão em preto (modelo 7)		
5	4000	unid	Cartão de visita; papel couchê 300g; impressão em cores; com logomarca; arte e acabamentos inclusos		
6	35	unid	Adesivo 10X12 cm 1x0 cor impresso em adesivo brilho 180 g — Externo; arte e acabamentos inclusos		

## LOTE 09

<b>ITEM</b>	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
1	10	bloco	Relatório de Visita SEMAE, 1 cor, papel autocopiativo, Tam 14x20cm (2x50); (modelo 8)		
2	100	bloco	Ficha coletora de amostra; em papel sulfite 180 g/m²; dimensões 8,8cm x 12,6cm; impressão 1 cor (azul); numeração crescente (modelo 9)		
3	1500	unid	Fatura de serviços Água e Esgoto; em papel sulfite 120g/m²; impressão 1 cor (azul); 21x15cm; arte e acabamentos inclusos (modelo 12)		
4	10	bloco	Ordem de Serviço SEMAE, 1 cor, Tam. 14,5x15,5, papel sulfite 90grs (1x50); arte e acabamentos inclusos		
5	120	bloco	Ordem de Serviço Secretaria de Viação e Obras, 1 cor, Tam. 18x14,5cm, papel copiativo; 50x2, numerado sequencialmente (modelo 10)		

LOTE 10

Banner; em lona <i>front light;</i> gramatura 440gsm; fabricada em PVC, certificada e produzida de forma ecológica e ambientalmente correta; impressa com tintas eco solventes, também ecologicamente correta; com durabilidade esperada de 1 a 18 meses, expostas ao tempo, e até 36 meses em ambientes fechados; arte e acabamentos inclusos; o tamanho de cada <i>banner</i> pode variar, dependendo da necessidade do Município	ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
	1	400	m²	440gsm; fabricada em PVC, certificada e produzida de forma ecológica e ambientalmente correta; impressa com tintas eco solventes, também ecologicamente correta; com durabilidade esperada de 1 a 18 meses, expostas ao tempo, e até 36 meses em ambientes fechados; arte e acabamentos inclusos; o tamanho de cada <i>banner</i> pode variar, dependendo da necessidade do		

#### 

- 1.2 A detentora da Ata de Registro, quando da solicitação pela Secretaria deverá atender às seguintes exigências:
  - 1.2.1 Fornecer o objeto conforme solicitado no edital.
  - 1.2.2 Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

## CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1 A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, expirando em xx (xxxxxxxxxxx) de dezembro de 2017.
- 2.2 Nos termos do art. 15, § 4º da Lei Federal 8666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Mercedes não será obrigado à aquisição, exclusivamente por seu intermédio, do objeto referido na Cláusula I, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.
- 2.3 Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do PREGÃO PRESENCIAL nº xx/2017, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

## CLÁUSULA TERCEIRA - DESPESA:

3.1 As despesas decorrentes da presente aquisição correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

02.001.04122.0002.2002 – Manutenção do Gabinete do Poder Executivo.

Elemento de despesa: 3390396301; 3390396302

Fonte de recurso: 000, 505

02.004.04.122.0003.2006 - Ações da Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças.

Elemento de despesa: 3390396301; 3390396302

Fonte de recurso: 000, 505, 510, 511

02.005.12.361.0004.2009 – Manutenção e Revitalização do Ensino Fundamental.

Elemento de despesa: 3390396301; 3390396302

Fonte de recurso: 000, 104, 107, 505

02.005.12.365.0004.2013 – Manutenção e Revitalização da Educação Infantil – Pré Escola.

Elemento de despesa: 3390396301; 3390396302

Fonte de recurso: 000, 104, 505

02.005.12.365.0004.2015 - Manutenção e Revitalização da Educação Infantil - Creche.

Elemento de despesa: 3390396301; 3390396302

Fonte de recurso: 000, 104, 505

02.005.13.392.0005.2023 – Manutenção das Atividades do Centro Cultural e Biblioteca

Cidadã.

Elemento de despesa: 3390396301; 3390396302

Fonte de recurso: 000, 505

02.007.10.302.0006.2028 - Manutenção das Unidades de Saúde.

Elemento de despesa: 3390396301; 3390396302

Fonte de recurso: 000, 496, 505, 20495

02.007.10.304.0006.2029 – Vigilância Sanitária.

Elemento de despesa: 3390396301; 3390396302

Fonte de recurso: 000, 497

02.007.10.301.0006.2030 – Estratégia de Saúde da Família - ESF.

Elemento de despesa: 3390396301; 3390396302

Fonte de recurso: 000

02.007.10.305.0006.2031 - Vigilância em Saúde.

Elemento de despesa: 3390396301; 3390396302

Fonte de recurso: 000, 497

02.009.15.452.0008.2039 - Manutenção de Serviços Públicos.

Elemento de despesa: 3390396301; 3390396302

Fonte de recurso: 505, 000, 511

02.009.17.512.0009.2042 – Manutenção do Sistema de Abastecimento de Água- SMAE.

Elemento de despesa: 3390396301; 3390396302

Fonte de recurso: 055

02.008.20.122.0007.2034 – Ações da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente.

Elemento de despesa: 3390396301; 3390396302

Fonte de recurso: 505

02.014.27.812.0012.2050 – Manutenção das Atividades Esportivas e de Lazer.

Elemento de despesa: 3390396301; 3390396302

Fonte de recurso: 000, 505

02.014.27.812.0012.2049 – Manutenção da Secretaria de Esporte, Turismo e Lazer.

Elemento de despesa: 3390396301; 3390396302

Fonte de recurso: 505

02.011.08.243.0013.2054 – Conselho Tutelar. Elemento de despesa: 3390396301; 3390396302

Fonte de recurso: 000

02.011.10.244.0013.2052 – Gestão da Política de Assistência Social.

Elemento de despesa: 3390396301; 3390396302

Fonte de recurso 505

02.012.08.244.0013.2055 – Centro de Referência da Assistência Social - CRAS.

Elemento de despesa: 3390396301; 3390396302 Fonte de recurso: 000, 505, 934; 000, 505, 934

02.012.08.244.0013.2058 – Proteção Social Especial - CREAS.

Elemento de despesa: 3390396301; 3390396302

Fonte de recurso: 935; 935

02.013.08.243.0013.6001 – Proteção à Criança, Adolescente e Jovens.

Elemento de despesa: 3390396301; 3390396302 Fonte de recurso: 000, 505, 880; 000, 505, 880

## 02.010.04.122.0011.2045 — Ações da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e

Emprego

Elemento de despesa: 3390396301; 3390396302

Fonte de recurso: 505

## CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

- 4.1 O pedido de pagamento deverá ser devidamente instruído com Nota Fiscal referente ao fornecimento efetuado e deverá conter o número do Edital e assinatura do titular da Secretaria requisitante do Município de Mercedes no seu verso.
- 4.2. Nenhum pagamento será efetuado ao fornecedor, se este, à época correspondente, não apresentar comprovação relativa à manutenção da regularidade fiscal exigida no Edital de Licitação do Pregão Presencial nº. xx/2017.
- 4.3 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias da data de entrega do objeto, mediante a emissão da competente Nota Fiscal.
  - 4.3.1 A mora injustificada sujeitará o Município de Mercedes ao pagamento de correção monetária a ser calculada com base na variação do IGP-M verificada entre a data em que deveria se dar o adimplemento e a data em que efetivamente ocorreu.
- 4.4 O Município de Mercedes poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pelo fornecedor.
- 4.5 O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.
- 4.6 Nenhum pagamento será efetuado a Detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

## CLÁUSULA QUINTA – DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO

- 5.1 <u>O fornecimento iniciará a partir de junho de 2017 (dois mil e dezessete), sendo que a entrega do objeto dar-se-à em até 15 (quinze) dias após a sua solicitação,</u> mediante e de acordo com a entrega da Ordem de Compra, devendo ser entregue no Município de Mercedes, na Secretaria que solicitou o objeto.
  - 5.1.1 A entrega do objeto deverá ser efetuada no horário de expediente desta municipalidade (de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 12:00h e das 13:30 às 17:00h), sendo que a mesma deverá ser acompanhada por representante da Secretaria requisitante do objeto.

- 5.1.2. Excepcionalmente, mediante requerimento fundamentado e deferido pela autoridade competente do Município, poderá o prazo de entrega do objeto ser prorrogado.
- 5.1.3 O Município fica desobrigado da execução total do objeto, caso não haja a real necessidade de consumo do mesmo.
- 5.1.4. A entrega do objeto deverá ser feita conforme requisição, para efeito de posterior verificação da conformidade do mesmo com as exigências do edital.
- 5.2 Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser refeito pelo fornecedor no prazo de 3 (três) dias contados da notificação da não aceitação.
- 5.3 O objeto será recebido nos termos do art. 73 da Lei n.º 8.666/93.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES

- 6.1 Do Município:
  - 6.1.1. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao fornecimento que venham a ser solicitados pelos empregados do fornecedor;
  - 6.1.2. Efetuar o pagamento devido pelo fornecimento do objeto licitado, desde que cumpridas todas as exigências deste Edital, seus Anexos e da Ata;
  - 6.1.3. Comunicar oficialmente ao fornecedor quaisquer falhas e defeitos verificados;
  - 6.1.4. Vistoriar o objeto da licitação, a fim de verificar sua compatibilidade com a especificação técnica constante do instrumento convocatório e seus anexos.
  - 6.1.5. Atestar nas notas fiscais/ faturas a efetiva execução do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela Nota de Empenho;
- 6.1.6. Aplicar à Detentora da Ata penalidades, quando for o caso;
- 6.2 Da Detentora da Ata:
  - 6.2.1. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os serviços prestados;
  - 6.2.2. Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

- 6.2.3. Executar o objeto, no preço, prazo e forma estipulados na proposta;
- 6.2.4. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 6.2.5. Indicar o responsável por representá-la na execução do Contrato, assim como a(s) pessoa(s) que, na ausência do responsável, poderão substituí-lo;
- 6.2.6. Efetuar o fornecimento dentro das especificações e/ou condições constantes deste Edital de Pregão e em seus Anexos;
- 6.2.7. Executar diretamente a Ata, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pelo município de Mercedes;
- 6.2.8. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados diretamente ao MUNICÍPIO ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando do fornecimento do objeto;
- 6.2.9. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade e desempenho do objeto fornecido;
- 6.2.10 Comunicar por escrito o MUNICÍPIO qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário.

# CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS DO FORNECEDOR:

- 7.1. Adicionalmente, deverá o FORNECEDOR:
  - 7.1.1. Responsabilizar-se por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Município de Mercedes;
  - 7.1.2. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no ato do fornecimento do objeto licitado ou em conexão com ele, ainda que acontecido em dependência da Sede Administrativa do MUNICÍPIO;
  - 7.1.3. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao fornecimento do objeto licitado, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência; e

- 7.1.4. Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do objeto do Pregão.
- 7.2. A inadimplência do fornecedor, com referência aos encargos estabelecidos nesta cláusula, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao MUNICÍPIO, nem poderá onerar o objeto desta Ata, renunciando o FORNECEDOR expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva.
- 7.3. É expressamente proibida ao fornecedor a veiculação de publicidade acerca da Ata, salvo se houver prévia autorização do Município de Mercedes.

## CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES GERAIS DA FORNECEDORA

- 8.1. Deverá a FORNECEDORA observar, ainda, o seguinte:
  - 8.1.1. É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do Município de Mercedes, ou que nele ocupe cargo de confiança, durante a vigência desta Ata;
  - 8.1.2. É expressamente proibida, também, a veiculação de publicidade acerca desta Ata, salvo se houver prévia autorização do MUNICÍPIO.

## CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

- 9.1 As contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da Ordem de Compra pela detentora.
- 9.2 A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a execução deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.
- 9.3 Toda contratação deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de Ordem de Compra competente.
- 9.4 A empresa fornecedora, quando do recebimento da Ordem de Compra e fornecimento do objeto, deverá devolvê-la juntamente com a Nota Fiscal a que se refere, a fim de ser anexada ao processo de administração da ata.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

- 10.1 A Detentora, total ou parcialmente inadimplente, estará sujeita à aplicação das sanções previstas nos arts. 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93, e art. 7º da Lei 10.520/2002, a saber:
  - 10.1.1 Advertência, nas hipóteses de execução irregular de que não resulte prejuízo para o fornecimento;

- 10.1.2 Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso injustificado na providência necessária, e de 1% por dia após o 30º dia de atraso, acumulada com as multas cominatórias abaixo:
  - 10.1.2.1 multa de 5% (cinco por cento) do valor do total do contrato por faltas médias, assim entendidas aquelas que acarretam transtornos significativos e, na sua reincidência, esse percentual será de 10% (dez por cento);
  - 10.1.2.2 multa de 10% (dez por cento) do valor total do contrato, nas hipóteses de inexecução total, com ou sem prejuízo para o ente público contratante.
- 10.1.3 Suspensão temporária do direito de participar em licitação por prazo não superior a 2 (dois) anos, entre outras, no caso de inexecução total ou parcial do objeto;
- 10.1.4 Impedimento de licitar e contratar com a Administração, e descredenciamento do Cadastro Municipal de Fornecedores, pelo prazo mínimo de 2 (dois) anos e máximo de 5 (cinco) anos, entre outras, quando:
  - 10.1.4.1 Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;
  - 10.1.4.2 Ensejar injustificado retardamento da execução de seu objeto;
  - 10.1.4.3 Não mantiver a proposta;
  - 10.1.4.4 Falhar gravemente na execução do contrato;
  - 10.1.4.5 Na reiteração excessiva de mesmo comportamento já punido ou omissão de providências para reparação de erros.
- 10.1.5 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, entre outras, nas seguintes hipóteses:
  - 10.1.5.1 Apresentar documentação falsa exigida para o certame;
  - 10.1.5.2 Comportar-se de modo inidôneo;
  - 10.1.5.3 Cometer fraude fiscal;
  - 10.1.5.4 Fraudar na execução do contrato.

- 10.2 Na aplicação de sanção será assegurada a observância do contraditório e da ampla defesa, bem como, a possibilidade de recurso/pedido de reconsideração, na forma do art. 109 da Lei n.º 8.666/93.
- 10.3 As sanções deverá ser aplicadas com a observâncias dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, à vista da natureza e gravidade da infração cometida.
- 10.4 Comprovado impedimento ou reconhecida força maior ou caso fortuito, devidamente justificado e aceito pela Administração Pública, ficará o fornecedor isento das penalidades.
- 10.5 As sanções advertência, de suspensão de licitar e contratar com a Administração Pública, de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade, poderão ser aplicadas ao fornecedor juntamente com a de multa prevista no subitem 10.1.2.
- 10.6 As penalidades de multa deverão ser satisfeitas no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da data de sua notificação, podendo a autoridade competente determinar seu desconto diretamente das quantias porventura devidas ao contratado.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

11.1 - O preço registrado não sofrerá qualquer reajuste durante a vigência da contratação, ressalvada a possibildiade da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, na forma do art. 11, § 3°, do Decreto Municipal n.º 096, de 5 de setembro de 2016, e do art. 65, II, "d", da Lei n.º 8.666/93.

# CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PRECOS

- 12.1 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:
  - 12.1.1 a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;
  - 12.1.2 a detentora não retirar qualquer Ordem de Compra, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;
  - 12.1.3 a detentora der causa a rescisão administrativa de ata decorrente de registro de preços, a critério da Administração; observada a legislação em vigor;
  - 12.1.4 em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de ata decorrente de registro de preços, se assim for decidido pela Administração, com observância das disposições legais;
  - 12.1.5 os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no

mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

- 12.1.6 por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.
- 12.2 A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município, por 2 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.
- 12.3 Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da Administração, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal 8666/93, alterada pela Lei Federal 8883/94.
  - 12.3.1 A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 05 (cinco) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula Décima, caso não aceitas as razões do pedido.
- 12.4 Ficam expressamente reconhecidos os deireitos da Administração no caso de cancelamento decorrente da inexecução total ou parcial por parte da detentora.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

- 13.1 A contratação dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo Ordenador de Despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Setor de Compras (ou à Comissão de Acompanhamento do Sistema de Registro de Preços), os quantitativos das aquisições.
  - 13.1.1 A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS COMUNICAÇÕES

14.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 - Integram esta Ata, o edital do PREGÃO PRESENCIAL nº xx/2017 e a proposta da detentora da presente ata classificada em 1º lugar no certame supra mencionado.

- 15.2 A execução da Ata de Registro de Preços será disciplinada pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis às obrigações ora contraídas, especialmente a Lei Federal n.º 8.666, de 21/06/1993, Lei Federal n.º 10.520, de 17/07/2002, Decreto Municipal n.º 023/2007, de 27/03/2007 e o Decreto Municipal nº 096, de 5 de setembro de 2016.
- 15.3 A execução e fiscalização do Objeto deste contrato serão de responsabilidade do(a) Secretário(a) que solicitar o objeto.
- 15.4 Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93 e pelo Decreto Municipal nº 096/2016, no que não colidir com a primeira e nas demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1 - As questões decorrentes da execução desta Ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Marechal Cândido Rondon-PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se a presente ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelas representantes das partes, MUNICÍPIO e FORNECEDORA, e pelas testemunhas abaixo.

	Mercedes - PR, em de de 2017
XXXXXXXXXXXXXXXX MUNICÍPIO	Xxxxxx xxxxx xxxx FORNECEDORA
Testemunhas:	
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

#### ANEXO I – CADASTRO DE RESERVA

O Município de Mercedes, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Dr. Oswaldo Cruz, n.º 555, Centro, na Cidade de Mercedes, Estado do Paraná, neste ato representada por sua Prefeita, a Exma. Sra. Cleci M. Rambo Loffi, brasileira, casada, portadora da Carteira de Identidade nº. xxxxxxxx, expedida pela SSP/PR, inscrita no CPF sob nº. Xxxxxxx, residente e domiciliada na Rua Dr. Oswaldo Cruz, nº 425, Loteamento Groff, nesta Cidade de Mercedes, Estado do Paraná, e a empresa listada abaixo, resolvem registrar os preços para **FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA**, para eventual fornecimento futuro do objeto descrito no Anexo I – Memorial Descritivo, do Edital da Licitação na modalidade Pregão, forma presencial, n.º xx/2017, nos termos do art. 15 da Lei n.º 8.666/93, da Lei n.º 10.520/02, do Decreto Municipal n.º 096, de 5 de setembro de 2016, com vigência de 12 (doze) meses, findando em xx de maio de 2018,

Item	Qtd	Und	Descrição	R\$ Unitário	R\$ Total
Empr	esa:				
CNP.	J:				
Ende	reço:				
Telef	one:				
E-ma	il:				
Resp	onsáv	vel:			
CPF:					
RG:					
Orde: Class		de ção:			

Integram o presente instrumento, independentemente de transcrição, o Edital da Licitação na modalidade Pregão, forma presencial, n.º xx/2017, bem como, os termos da Ata de Registro de Preços n.º xx/2017, os quais, com a legislação afeta, regularão eventual e futuro fornecimento do objeto.

Mercedes -PR, xxx de xxxxxxxx de 2017

XXXXXX XXXXX XXXX PROPONENTE

**Testemunhas:**